

A ética na pesquisa nas ciências humanas e sociais para além dos protocolos: o intangível incerto e as formas de controle do futuro

Beyond ethics protocols in the Humanities and Social Sciences Research: the intangible uncertainty and ways of controlling the future

La ética en la investigación en Ciencias Humanas y Sociales, más allá de los protocolos: lo intangible incierto y las formas de control del futuro



Maria Izabel Souza Ribeiro



Membro efetivo do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Professora, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil



Lygia de Sousa Viégas



Membro efetivo do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Professora, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil



Rui Massato Harayama



Membro efetivo do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Professor, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará, Brasil

RESUMO

O presente artigo propõe reflexões sobre a construção do cuidado ético na realização de pesquisas em ciências humanas e sociais, pensando “para além dos protocolos” – expressão que busca tensionar a redução da ética na pesquisa ao preenchimento adequado de protocolos, documentos e exigências da Plataforma Brasil. Em formato ensaístico, as reflexões aqui tecidas partem de nossas trajetórias acadêmicas e militantes, enquanto pesquisadores/as, orientadores/as e avaliadores/as de projetos e pesquisas, bem como de nosso trânsito em Comitês de Ética em Pesquisa, tendo como eixo fundante o enfrentamento aos processos de medicalização da vida, que representam um risco ao fazer científico. Iniciamos este ensaio recuperando, de maneira sintética, alguns aspectos da história da avaliação ética em pesquisa, com destaque para o caso brasileiro, situando algumas contendas nesse campo. Em seguida, voltamo-nos para o ato de pesquisar em sua artesanaria, partilhando alguns elementos que consideramos indispensáveis à construção de pesquisas que respeitem a dignidade das pessoas envolvidas, desde o planejamento até a escrita de relatórios e outras publicações. A expectativa é que as provocações aqui lançadas possam ressoar, acompanhando movimentos e reflexões de pessoas interessadas no debate.

Palavras-chave: Ética. Pesquisa com seres humanos. Ciências humanas e sociais. Comitê de Ética em Pesquisa.



ABSTRACT

This article proposes reflections on the construction of ethical care in conducting research in the human and social sciences, thinking “beyond protocols” – an expression that seeks to create tension in the research ethics reduction to the adequate fulfillment of protocols, documents and requirements in the Plataforma Brasil system. In an essay format, the reflections presented here come from our academic and activist trajectories as researchers, advisors and evaluators of projects and studies, as well as our experience within Research Ethics Committees; the foundational axis is the confrontation with the processes of medicalization of life, which pose a risk to science practice. We begin this essay by briefly revisiting some aspects of the history of ethical evaluation in research, with an emphasis on the Brazilian context, highlighting some disputes within this field. Next, we turn to the act of research in its craftsmanship, sharing some elements that we consider essential for the construction of research that respects the dignity of the people involved, from planning to the writing reports and other publications. We aim that the provocations raised here may resonate, accompanying the movements and reflections of individuals interested in the debate.

Keywords: Ethics. Research with human beings. Human and Social Sciences. Research Ethics Committee.

RESUMEN

Este artículo propone reflexiones sobre la construcción del cuidado ético en la investigación en ciencias humanas y sociales, pensando “más allá de los protocolos”, una expresión que cuestiona que la ética en la investigación sea reducida al diligenciamiento adecuado de los protocolos, documentos y requisitos de la Plataforma Brasil. En formato de ensayo, las reflexiones aquí tejidas provienen de nuestras trayectorias académicas y activistas, como investigadoras/es, asesoras/es y evaluadoras/es de proyectos e investigaciones, así como de nuestra participación en Comités de Ética en la Investigación, teniendo como eje fundamental la confrontación con los procesos de medicalización de la vida que representan un riesgo para el quehacer científico. En este ensayo, comenzamos recuperando sintéticamente algunos aspectos de la historia de la evaluación ética en investigación, con énfasis en el caso brasileño, y situando algunas disputas en este campo. Posteriormente, abordamos el acto de investigar en su artesanía, compartiendo algunos elementos que consideramos esenciales para la construcción de una investigación que respete la dignidad de las personas involucradas, desde la planificación hasta la redacción de informes y otras publicaciones. La expectativa es que las provocaciones aquí presentadas puedan resonar, siguiendo los movimientos y reflexiones de las personas interesadas en el debate.

Palabras clave: Ética. Investigación con seres humanos. Ciencias humanas y sociales. Comité de Ética en la Investigación.

Ribeiro, M. I. S., Viégas, L. de S., & Harayama, R. M. (2025). A ética na pesquisa nas ciências humanas e sociais para além dos protocolos: o intangível incerto e as formas de controle do futuro. *Revista Ética na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, 1(2), 107-132.

Autora de correspondência: Maria Izabel Souza Ribeiro (maria.ribeiro@ufba.br).



Introdução

O presente artigo propõe reflexões sobre a construção do cuidado ético na realização de pesquisas em ciências humanas e sociais, buscando pensar “para além dos protocolos”. Tal expressão tensiona a redução da ética na pesquisa ao preenchimento adequado de protocolos, documentos e exigências da Plataforma Brasil (CNS, s.d.a).

Desde a criação da Plataforma Brasil, em 2011, e mais especificamente desde a Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016), exigiu-se que, antes de serem realizadas, as pesquisas em ciências humanas e sociais que envolvam seres humanos devem ser submetidas a uma avaliação ética a ser realizada por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) devidamente acreditado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Esse procedimento envolve algumas etapas, que incluem acessar o sistema e preencher um protocolo padrão, no qual devem ser explicitados o desenho da pesquisa, os riscos e os benefícios para as pessoas participantes, bem como medidas de precaução e proteção a serem adotadas caso seja necessário minimizar riscos e desconfortos advindos da pesquisa. Além do projeto de pesquisa detalhado, é também obrigatório inserir os modelos de instrumentos que serão adotados (questionários, roteiros, formulários etc.), o orçamento e o cronograma detalhado, devendo ser respeitada a exigência de aguardar a aprovação do CEP para que seja iniciada a pesquisa.

É também obrigatório anexar vários termos, que devem ser assinados pela pessoa pesquisadora, pela orientadora e por pessoas responsáveis pelas instituições envolvidas, sendo exigido o carimbo institucional. São eles: termo de compromisso da pessoa pesquisadora; termo de confidencialidade; termo de anuência da pessoa orientadora; termo de autorização da instituição proponente; termo de autorização da instituição coparticipante, quando houver. Caso a pesquisa envolva populações indígenas ou quilombolas, é necessário apresentar o termo de anuência assinado pela pessoa responsável pela comunidade; no caso de ser realizada em territórios indígenas, deve ser incluída a autorização da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Havendo colheita de documentos em arquivos institucionais, há um termo de compromisso específico, bem como o termo de concessão, que deve ser assinado pela pessoa responsável por sua guarda. No caso de envolver ambiente virtual, exige-se conformidade às normativas publicadas no Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS (Brasil, 2021).

São especialmente relevantes, em razão do envolvimento de pessoas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), direcionado a adultos com autonomia, e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), voltado a pessoas menores de idade ou a adultos sem autonomia (sendo que o TALE deve necessariamente ser acompanhado do TCLE do adulto responsável), os quais devem atender a uma série de exigências na forma (há regras sobre o cabeçalho, a paginação, rubricas e assinaturas) e no conteúdo: o documento deve explicar os objetivos da pesquisa, a relevância da participação da



pessoa convidada, os procedimentos a serem adotados e a duração estimada dos procedimentos e da pesquisa; deve, ainda, informar como será o uso de imagem ou voz, em caso de gravação, e como será o armazenamento e o trato das informações. Além disso, deve explicitar os riscos e os benefícios da participação na pesquisa, os cuidados que serão adotados para evitar os riscos (como a garantia de sigilo e confidencialidade), bem como fornecer informações sobre o direito a reparação e indenização em caso de danos. Por fim, deve indicar os contatos da pessoa pesquisadora e do sistema CEP/CONEP¹.

Sem dispensar a relevância de parte de tais documentos, pelo que eles significam, o que temos visto em nosso transitar pelo universo da pesquisa acadêmica é que sua produção parece nos “devorar”. Os modelos são geralmente disponibilizados nos *sites* dos vários CEP. A experiência mais comum é pesquisadores/as baixarem os *templates*, preencherem os vazados e correrem atrás de assinaturas e carimbos institucionais, mas não sem passar por um ou mais “óbices éticos”, por apresentá-los sem atender a todas as exigências. Pela própria dinâmica do sistema, é usual que a ideia de avaliação ética seja entendida pelas pessoas pesquisadoras como atraso, as diligências no processo como empecilho e a aprovação do CEP como garantia de que a ética está assegurada no estudo, o que tende a abafar crises ou dilemas ao longo do processo.

Na outra ponta, não é estranho que a apreciação ética dos projetos propostos tenda a se reduzir à verificação, ao modo burocrático-cartorial, de que os documentos protocolados atendem aos padrões e modelos exigidos, resultando na emissão de pareceres também protocolares, que importam às pessoas pesquisadoras menos do que o *status* de “aprovado”, autorizando-as a realizar a pesquisa e publicar seus resultados em revistas indexadas. Não surpreende que, sendo uma avaliação essencialmente por pares – já que os CEP são compostos sobretudo por pessoas pesquisadoras –, a empatia habite as apreciações, por vezes invertendo o foco: saindo do cuidado com as pessoas participantes e se dirigindo ao autocuidado com as pesquisadoras. Como instituições que se supõem superiores, as universidades têm a tendência a considerar que está tudo bem no meio acadêmico – afinal, somos todes, por princípio, éticos/as. Desconsiderando a dialética do esclarecimento (Adorno & Horkheimer, 1986), as instituições seguem o fluxo, “tocando o baile”.

Na contramão dessa tendência, nossa construção enquanto pesquisadores/as, orientadores/as e avaliadores/as de projetos e pesquisas tem nos instigado a pensar mais a fundo a ética na

¹ Há ainda outros documentos, como a declaração de responsabilidade do patrocinador, no caso de pesquisas financiadas por outra via que não sejam as agências de fomento à pesquisa ou a adoção de financiamento próprio. As pesquisas que envolvam outros países requerem, ainda, documentos específicos: a lista dos países participantes, dos centros de pesquisa envolvidos e a aprovação por algum CEP dos países de origem ou justificativa de sua ausência.



pesquisa em ciências humanas e sociais, entendendo que considerar as exigências protocolares não deve produzir como efeito ser engolidos/as por elas. Como base, temos a consideração de que a pesquisa com pessoas é constituída por uma diversidade de elementos e dimensões, que envolvem desde a realidade concreta e seus territórios, espaços-tempo, até os modos de existência (de existir e resistir), incluindo aí as relações estabelecidas com as pessoas pesquisadoras, elas também atravessadas por diversos elementos e dimensões, o que nos remete à complexidade da vida humana e nos convoca à delicadeza.

Presentes em nossas trajetórias acadêmicas e militantes, tais reflexões têm sido partilhadas no Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, coletivo entranhado com a discussão da ética em pesquisas de modo ampliado, e não apenas no campo específico das ciências humanas e sociais. Fundado com o objetivo de articular o enfrentamento à aprovação de projetos de lei que visavam instituir o “direito ao diagnóstico” do suposto Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e da dislexia entre estudantes da rede pública de ensino, em diversos municípios e estados brasileiros (Harayama, 2021; Viégas, 2021)², o Fórum tem reunido pesquisadores/as e profissionais de vários campos (com destaque para medicina, psicologia, antropologia, farmácia, artes, pedagogia e outras licenciaturas).

Em sua atuação, o Fórum explicita uma série de furos em torno desses e de outros diagnósticos, que, ao fim e ao cabo, traduzem ideologicamente as consequências de políticas sociais precárias e precarizadas, apresentando-as como se fossem resultado de doenças e incapacidades individuais (Patto, 2022a, 2022b). Para além de culpabilizar as pessoas, tal inversão impregna seus desdobramentos com contornos violentos, como no caso das mais de sete mil pessoas esterilizadas nos Estados Unidos, entre os anos 1920 e 1970, por decisão judicial, a partir do baixo resultado obtido em testes psicométricos validados cientificamente (Gould, 2003).

A tradução medicalizante do sucateamento do estado de bem-estar social tem como fiel escudeira a produção de pesquisas (por vezes, realizadas por meio de financiamentos bilionários e com interesses escusos), dando continuidade à longa história de aliança entre ciência e política, sustentáculo da dominação. Movimentando o jogo, o Fórum busca, nesse embate, ser uma voz dissonante ao explicitar a intrínseca politização do tema em tela, negado por positivistas, biomédicos e neurocientistas, como se a política não compusesse seus discursos e técnicas, supostamente neutras e objetivas.

² Para conhecer mais o Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade, visitar o site <https://medicalizacao.org/> e as redes sociais.



Nossa implicação no debate também se comunga no nosso trânsito em Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), seja na condição de pesquisadores/as que investigam a realidade social, seja na condição de membros efetivos de CEP, seja na participação ativa na construção da Resolução nº 510/2016 junto ao sistema CEP/CONEP, ou ainda por ter o funcionamento de tais comitês como objeto de pesquisa (Harayama, 2011). A lida com o tema suscita trocas que nos instigam mutuamente.

As inquietações partilhadas sobre as várias delicadezas em torno do tema mobilizaram a organização de um debate público realizado ao final de 2024³, a partir do qual se desdobrou a redação deste ensaio. Aqui, entrelaçamos nossas experiências e reflexões sobre os caminhos possíveis e as implicações na construção dos cuidados éticos nas pesquisas em ciências humanas e sociais. Nessa conexão, inicialmente, recuperamos, de maneira sintética, alguns aspectos da história da avaliação ética em pesquisa, com destaque para o caso brasileiro, situando algumas contendas nesse campo. Após isso, voltamo-nos para o ato de pesquisar em sua artesanaria, partilhando alguns elementos que entendemos ser indispensáveis na construção de pesquisas que respeitem a dignidade das pessoas envolvidas, do planejamento até a escrita de relatórios e outras publicações resultantes da pesquisa. As provocações aqui lançadas são feitas entre nós e nossos grupos de pesquisa de forma constante, instigando nosso fazer enquanto pesquisadores/as. A expectativa é que elas possam alcançar movimentos e reflexões de pessoas interessadas no debate proposto.

Do hoje ao ontem, no horizonte o amanhã

A discussão sobre ética na pesquisa no Brasil, em grande medida, está centrada nos debates sobre o sistema CEP/CONEP. Instituído em 1996, no bojo do Ministério da Saúde (MS), ele busca analisar a ética de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos no país, com foco na segurança, na proteção e na garantia dos direitos dos participantes, tomando como crivo um conjunto de resoluções e normativas deliberadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Na aba da CONEP na página do CNS (s.d.b), está explícito que a ética na pesquisa envolve:

Respeitar o participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio da manifestação expressa, livre e esclarecida;
Ponderar entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
Garantir que danos previsíveis sejam evitados; e
Ter relevância social, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio humanitária.

³ Tal debate está disponível no canal do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (s.d.), no Youtube.



Desde o seu surgimento, o sistema CEP/CONEP tem sido alvo de críticas por parte de pesquisadores/as e/ou do setor de pesquisa aplicada, principalmente aquelas relacionadas aos Centros de Pesquisas Clínicas (*Clinical Research Organizations*). Esse elemento é importante para entender como se consolidou o modelo desse sistema no Brasil.

No início dos anos 1990, os Estados Unidos anunciaram a década do cérebro e também a flexibilização das normas da *Food and Drugs Administration* (FDA), que passaram a aceitar resultados de testes clínicos realizados fora do seu território, desde que os centros fossem acreditados por eles. Esse movimento animou o mundo todo, sobretudo o sul global e os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que viram uma oportunidade de desenvolver seus parques industriais e fixar pesquisadores/as em seus territórios. Apesar de essa não ser toda a história do sistema, ela é importante para entender por que, em um país com tantas agências, leis e regulamentações que regem a pesquisa científica, o sistema CEP/CONEP “pegou”⁴.

A exigência de avaliação da ética em pesquisa por esse tipo de comitê representa uma evolução na noção de direitos humanos. Essas instâncias de controle da atividade científica foram desenvolvidas a partir de escândalos científicos denunciados no julgamento de Nuremberg, desenrolado no cenário nazista, e no constrangedor caso Tuskegee, financiado por agências de pesquisa dos Estados Unidos, o qual perdurou por décadas no território norte-americano, país que se autoproclama modelo de respeito à liberdade, com legislações sobre a proteção aos direitos individuais⁵. A partir do desvelamento de que uma série de violações de direitos humanos estava sendo autoprotégida sob o manto sagrado da neutralidade científica, sedimentou-se a percepção de que a pesquisa científica é muito importante para ser pensada e discutida unicamente por cientistas.

No caso do Brasil, o sistema CEP/CONEP foi implementado junto com a noção de controle social da saúde pública e do movimento sanitarista, que promoveu a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa associação gera uma questão fundante para o modelo brasileiro: assim como o conceito de saúde é abrangente e não se limita às questões relacionadas à doença e aos profissionais de saúde, a ética na pesquisa deve ser discutida a partir de elementos que não são restritos ou limitados à prática científica e aos cientistas. Ou seja, no contexto brasileiro, as questões de saúde e de ética em pesquisa não são restritas a

⁴ Para observar uma legislação que “não pegou”, citamos a implementação da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, à proteção e ao conhecimento tradicional associado, bem como sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, que somente é lembrada nos casos de contenda sobre biopirataria (Brasil, 2015).

⁵ Sobre os notórios casos, sugerimos os filmes “Nuremberg: as fitas perdidas” (Reph, 2022) e “Cobaias” (Sargent, 1997).



pesquisadores/as, profissionais e gestores/as, sendo, portanto, um assunto que deve ser debatido pela população como um todo (seja usuária de serviços de saúde, seja participante de pesquisa).

A ideia de que pessoas não cientistas ou não especialistas podem opinar sobre o formato e o objetivo das pesquisas é um tópico sensível para muitos/as pesquisadores/as. Em todas as áreas do conhecimento, é possível ver tensões protagonizadas por pessoas pesquisadoras, mas também por diversas associações científicas.

Outra contenda envolveu a pertinência de uma única resolução a ser aplicada tanto nas pesquisas em ciências biomédicas e da saúde quanto em ciências humanas e sociais que envolvem seres humanos. Tal debate alimentou a nomeação de um grupo de trabalho (GT), composto por representantes de 18 associações de diversas áreas das ciências humanas e sociais, cujo trabalho, realizado ao longo de inúmeras reuniões e debates entre 2013 e 2016, resultou na elaboração da Resolução nº 510/2016, a fim de atender às especificidades da ética na pesquisa em ciências humanas e sociais (Guerriero & Bosi, 2015).

Longe de ser recente, grande parte do debate sobre as especificidades das ciências sociais no início do século XX foi atravessada pela falsa dicotomia entre objetividade da pesquisa biomédica *versus* subjetividade da pesquisa em ciências humanas e sociais, o que remete, por sua vez, à antiga dicotomia entre pesquisas qualitativas *versus* pesquisas quantitativas.

Com o desenvolvimento da estatística, imaginava-se que pesquisas quantitativas fossem mais objetivas e, com isso, mais científicas. Esse argumento foi se solidificando à medida que os Estados-nação passaram a guardar e analisar os dados sobre sua população, como natalidade, longevidade e fertilidade, além de cruzar esses dados com informações socioeconômicas e de saúde. A estatística era um modelo preditivo mais objetivo do que outras formas de governo. Ao produzir grandes análises, o trabalho sintético possibilitou que se entendesse o mundo e se respondesse às perguntas de forma mais rápida, com a homogeneização das metodologias de análise, possibilitando, com isso, a replicação das pesquisas.

É em diálogo crítico com essa imagem de uma pesquisa tida como mais científica que se construíram as pesquisas qualitativas, as quais se baseiam na construção de sentidos simbólicos e contextualizados, produzindo resultados localizados a partir do pressuposto de interpretação das experiências e da realidade dos/das interlocutores/as. Com isso, consolidou-se a ideia de que existem pesquisas “objetivas” e pesquisas “subjetivas”.

Esse tipo de contenda sedimentou, dentro do sistema CEP/CONEP, a ideia de que as pesquisas em ciências humanas são feitas “com” seres humanos e, do outro lado, as pesquisas biomédicas são realizadas “em” seres humanos (Oliveira, 2004). Essa dicotomia em si é falsa, já que, com exceção



das pesquisas que lidam apenas com marcadores biológicos (como aquelas que analisam tecidos humanos previamente retirados, como no caso dos biobancos), as pesquisas são todas permeadas, parcial ou totalmente, por questões subjetivas e objetivas, lembrando que é o mundo da ciência que cria o que se entende por objetivo e subjetivo (Latour, 2000). Tomemos como exemplo algo bem objetivo, como analisar os resultados de um equipamento, como um cromatógrafo: isso nada mais é do que tornar real algo que não existia, que só existe porque foi inventado, e só funciona porque os resultados podem ser comparados com todos os resultados obtidos em diversos cromatógrafos ao redor do mundo.

Foi na fresta dessa falsa dicotomia que se passou a caracterizar que as pesquisas realizadas com questões “intangíveis” são menos perigosas do que as realizadas com questões “tangíveis”. Ou seja, passamos a reafirmar que sangue e material biológico são mais perigosos para as questões éticas do que histórias de vida e descrições das relações sociais. Tal visão de ciência, muitas vezes, parte de uma epistemologia cartesiana, que considera o tangível como fato e o intangível como sofisma. Afinal, o corpo biológico pode morrer a partir de uma pesquisa mal sucedida. Agora, é preciso pensar no que pode acontecer com o corpo social diante de uma pesquisa mal planejada ou executada. Queremos alertar para o perigo de considerar o intangível (caracterizado como social, cultural ou subjetivo) como algo de pouca gravidade ou de segunda ordem. Ora, há o risco de cavarmos formas de aprisionamento, naturalizando manifestações e expressividades humanas, atribuindo supostos diagnósticos às pessoas que não atendem aos padrões impostos como dominantes, ou mesmo apagando suas histórias, com diferentes diagnósticos, seguindo em direção ao silenciamento daquelas pessoas que resistem ao modelo colonial de saúde e normalidade (Fanon, 1968).

A força dessa dinâmica se faz ver na estabilização de uma tendência dominante: ao serem provocadas a pensar sobre como a pesquisa pode trilhar caminhos de campo ou de análise que impactam as pessoas participantes, tem sido cada vez mais comum que pesquisadores/as traduzam esses possíveis riscos e danos em termos psicológicos. Do cansaço ou da ansiedade ao “gatilho”, o foco é exclusivamente no psiquismo das pessoas participantes, como se a pessoa pesquisadora não tivesse subjetividade, como se não houvesse relação entre as pessoas pesquisadoras e as pesquisadas. A ideia naturalizada de que os riscos são estritamente psicológicos, por sua vez, desemboca na visão de que o melhor cuidado, em caso de dano, é encaminhar as pessoas para atendimento no campo psi, desimplicando o/a pesquisador/a e o contexto da pesquisa em relação aos seus impactos, o que poderia ser traduzido como “a pessoa que se trate, com nosso amparo, é claro!”.



A psicologização dos riscos éticos nas pesquisas em ciências humanas e sociais é um fenômeno que pode dialogar com a forte presença de associações e entidades de psicologia na construção da Resolução nº 510/2016⁶. Sua aceitação naturalizada, por sua vez, dialoga com uma realidade social dada à psicologização da vida e com uma leitura bastante simplista do que seja subjetividade na pesquisa, bem como do que seja cuidado.

Na contramão desse reducionismo, buscamos abrir caminhos para a reflexão crítica sobre a construção de pesquisas que envolvam pessoas, sedimentando coletivamente formas de cuidado ético que não sejam psicologizantes, mas nas quais a pessoa pesquisadora assuma responsabilidade afetiva/efetiva pelo efeito da pesquisa nas pessoas. Se a pesquisa tem riscos potenciais, é preciso protagonizar ativamente os cuidados, para evitá-los, e cuidar dos danos que porventura possa vir a causar, o que envolve olhar como cuidamos da construção de relações de confiança e amizade genuínas e não utilitaristas. Se a pesquisa produziu danos nas pessoas participantes, é preciso que o próprio estudo do tema responda por eles. Isso representa uma produção de conhecimento responsável, em que o método da pesquisa também é posto em análise.

Nesse sentido, é preciso não perder de vista que a pessoa pesquisadora se insere, se conecta e se locomove no tecido e no corpo social, não estando acima daquelas com quem se relaciona. Isso exige, do ponto de vista ético, afirmar o contexto da pesquisa como contexto de produção de “dados”. Por estar presente nessas relações, os “dados” estão, e não são. Por essa razão, preferimos nem mesmo chamar as informações coletadas de dados, reconhecendo que nada está dado e que se trata mesmo de uma construção.

Inserir a presença de quem produz os “dados” – a pessoa pesquisadora – nessa condição traz questões para o desenho da metodologia que precisam ser evidenciadas. Como se acessou o grupo? Como se chegou a esse território? O perigo da história única (Adichie, 2019) também se apresenta no perigo da pesquisa única, aquela que não tem uma pessoa cientista (pesquisadora em formação, com seus marcadores sociais e sua biografia).

A imagem de que pesquisadores/as são seres abstratos e invisíveis em sua pesquisa é, com certeza, o maior risco de estudos feitos nas ciências sociais. Afinal, se os “dados coletados” estão dentro de relações, as pesquisas precisam deixar explícito que eles estão na relação com quem os produz, pessoas concretas, com seus marcadores de gênero, raça, classe, território, fenótipos, história – tudo aquilo que normalmente reservamos para as conversas paralelas e que, na França,

⁶ Entre as 18 entidades que compuseram o GT, quatro eram associações no campo da psicologia, sendo esta a área de conhecimento mais representada. A lista completa das entidades representantes no GT pode ser acessada em ANPEd (2024).



se denomina como “cozinha da pesquisa”. E se, em nossa construção da pesquisa, a cozinha como espaço de produção de conhecimento aparecesse?

Pelo caminho⁷

Pesquisando sobre o que é “pesquisar”, no “Minidicionário da Língua Portuguesa”, de Ferreira (1993, p. 420), encontramos: “v.t. 1. Buscar com diligência; inquirir. 2. Informar-se a respeito de. Int. 3. Fazer pesquisa”. Em todas as definições, estamos diante de uma ação, um fazer. E o que significa o ato de pesquisar? Em nossa compreensão, ele envolve quatro características que nos remetem à reflexão sobre a ética na pesquisa.

A primeira é que pesquisar é um ato intencional, que se concretiza na relação com o tema de investigação, com o campo de estudo e no encontro entre pessoas pesquisadoras e participantes. Por ser intencional, não é uma ação neutra nem desinteressada, mas sim constituída por princípios, concepções e referências, que implicam tomadas de decisão e escolhas – de onde parte, para onde vai? Daí a importância de anunciar a intencionalidade da pesquisa, posicionar os interesses e motivações do/a pesquisador/a, implicar sua narrativa.

A respeito da intencionalidade da pesquisa, destacamos outras três características, inspiradas no que Paulo Freire, na obra “Pedagogia da esperança”, pensa sobre o ensinar (Freire, 1997, p. 81): “Ensinar é um ato criador, um ato crítico e não mecânico”. Também a pesquisa deve ser um ato criador, crítico e não mecânico. A pesquisa não é uma mera aplicação ou replicação de técnicas prontas, procedimentos e instrumentos para a “coleta de dados” e sua posterior análise.

Tais princípios convocam a ir além do mero protocolar, realizado, muitas vezes, por chavões desconectados, abstratos e generalizados, desvelando a preocupação com o simples cumprimento da listagem de documentos exigidos para aprovação, conforme as normativas do sistema CEP/ CONEP. Essa provocação é um convite para pensar a pesquisa como própria ao mundo da cultura, que deve, portanto, despertar nossa imaginação (Vigotski, 2018).

A ética, então, pode ser uma forma de retomar o encantamento pelas nossas perguntas de pesquisa, e não simplesmente uma forma de esquadrihar nossos questionários e roteiros de observação a uma lógica do risco e a uma adequação a protocolos dessa classificação. Retomar o encantamento pelas nossas perguntas de pesquisa significa sonhar com o que queremos que aconteça, e esperamos que seja possível externar nossos sonhos, porque, a partir disso, se torna possível fazer esse pequeno exercício do controle do futuro (Ribeiro, 2019).

Quando queremos entrevistar vinte mulheres negras, moradoras ou professoras de bairros periféricos de certa cidade, é preciso sonhar como serão essas entrevistas, onde elas serão feitas,

⁷ Em referência à música homônima, de Roberto Barreto, Manoel Cordeiro e Pupilo (Barreto et al., 2024a).



se serão acompanhadas de café e biscoitos, se serão gravadas, se o gravador vai funcionar, se o barulho do biscoito vai interferir no áudio, se elas podem dar entrevistas, se elas só serão procuradas no momento da entrevista, se será criado um grupo virtual de comunicação, se haverá uma devolutiva nessa cidade, se é possível garantir uma sala para a gravação, se há ideias de como tratar o material, se há espaço para guardá-lo...

Pensemos essa ação intencional e o movimento da pesquisa como uma viagem, viva e dinâmica: imaginamos, planejamos, organizamos, escolhemos. Nessa etapa da viagem, por precaução, algumas questões comumente são feitas e muitas seguem sustentadas durante todo o percurso, incluindo a volta para casa: O quê? Com quem? Como? Onde? Quando? Qual é o contexto? O que pretendo? Por quê? Para quê? A serviço de quem? Quem sou eu enquanto pesquisador/a? Quais são meus referenciais? Quais são os compromissos sociais, políticos, históricos etc.? Quem são as pessoas participantes da pesquisa? Como as vejo e como me vejo na relação com elas? Quais parcerias fazer?

Para a viagem, arrumamos nossas bagagens (consideramos o tamanho, o peso, a forma, a textura, a cor), decidimos roteiros, o que vamos levar (ferramentas, acessórios, materiais essenciais etc.). Mas é só na aventura da viagem real que teremos a oportunidade de usar, não usar, abandonar, tirar, incluir, manter, modificar etc. o que levamos na bagagem – material e imaterial. Então, na viagem, não pode faltar abertura e disponibilidade para o que vier. “Não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar”⁸. É preciso, então, enraizar-se, tecer e trilhar caminhos a partir do movimento vivo da pesquisa. Esse movimento aproxima o fazer pesquisa a uma abertura como a do caminhante e do *flâneur* (Benjamin, 2006) e se distancia do modelo inquisitivo e do inquisidor, tensionado por Ginzburg (1991).

Um primeiro toque que a realidade dá em nosso planejamento vem justamente do encontro com gentes. Entram em cena os corpos e os desejos das pessoas participantes, que devem ser ouvidas sobre o que pensam acerca da pesquisa, de seu método e procedimentos, seus caminhos e escolhas, seu cronograma e demandas. Sabemos que as pessoas pesquisadas também investigam quem é o/a pesquisador/a e o que quer com seu projeto de pesquisa, e, portanto, podem pensar sobre esse fazer, os incômodos que ele produz e os riscos e benefícios que ele pode trazer. É preciso se abrir para a tessitura de relações, o que é um grande desafio para os dois lados – das pessoas pesquisadoras e das participantes. Como elementos basilares desse encontro, destacamos o olhar, a escuta, o diálogo e o cuidado. Essa relação cresce em qualidade quando a pesquisa é conversada, negociada, pensada conjuntamente, isso desde o acesso ao grupo, passando por cada um dos passos no campo, pela construção do material escrito e da narrativa implicada, ultrapassando a saída de cena, pois é preciso dar um retorno (individual e/ou coletivo) para as pessoas e a comunidade envolvidas,

⁸ Em referência à música “Timoneiro”, de Paulinho da Viola (Viola & Bello de Carvalho, 1996).



bem como explicitar as formas de exposição, publicização, divulgação e comunicação advindas da pesquisa. Tudo isso envolve o cuidado ético e o compromisso com as pessoas participantes.

Durante a viagem, surgem as encruzilhadas, caminhos que se desdobram em outros caminhos, que se abrem a outras vias. Muitas escolhas a fazer, que caminhos percorrer, que trilhas seguir, o que deixar para a próxima viagem ou para outro viajante. Essas decisões são mais sólidas se tomadas no próprio processo de fazer a pesquisa, a partir das inúmeras perguntas que seguimos nos fazendo. Vale mais a pena passar vários dias no mesmo lugar e conhecê-lo mais a fundo ou é melhor passear por vários lugares diferentes, mesmo sem conhecer nenhum profundamente? Devo conversar com alguém que não tinha imaginado ou devo seguir o planejamento? Posso mudar a rota porque (ou)vi algo interessante vindo do lado de lá? Devo sempre ligar o GPS ou posso me perder?

Na viagem também fazemos diferentes registros. Alguns compartilhamos, outros são só nossos, de nossas memórias. Dos que vamos compartilhar, importa sempre cuidar de como as pessoas que fazem parte desses registros estão sendo tratadas. Por mais banal que pareça, é preciso afirmar com nitidez que escrever é reescrever. Nenhum texto fica pronto na primeira versão. É preciso escrever, ler, reescrever, reler, repetir o processo, ler em voz alta, ser lido por outras pessoas, reescrever de novo e quantas vezes for preciso. Longe de fazer retoques para filtrar a imagem, é preciso cuidar de ranhuras e caretas, vistas pela via não do julgamento, tão comum no meio acadêmico, mas da compreensão (Bourdieu, 1997; Patto, 2022c). Conversar com as pessoas participantes da pesquisa sobre o que vamos retratar, como vamos retratar, mostrar o retrato, tudo isso impõe desafios à pesquisa, mas dá a ela lastro. Ao modo da “Canção amiga”, de Carlos Drummond de Andrade, é preciso que a pessoa pesquisada se reconheça no texto, ainda que em suas feiuras e contradições. Diz ele:

Eu preparo uma canção
Em que minha mãe se reconheça
Todas as mães se reconheçam
E que fale como dois olhos
Caminho por uma rua
Que passa em muitos países
Se não me veem, eu vejo
E saúdo velhos amigos
Eu distribuo segredos
Como quem ama ou sorri
No jeito mais natural
Dois carinhos se procuram
Minha vida, nossas vidas
Formam um só diamante
Aprendi novas palavras



E tornei outras mais belas
Eu preparo uma canção
Que faça acordar os homens
E adormecer as crianças (Andrade, 1948).

Tudo isso envolve um aspecto essencial: construir uma viagem demanda abertura na agenda, que fica ainda mais exigente quanto mais aberta for a viagem. E ter agenda requer não só organização, mas disponibilidade real de tempo, em um contexto de sobrecarga de todos os lados. O cronograma da pesquisa é menos uma burocracia do que a organização do tempo para garantir sua realização concreta. E quanto mais premido for o tempo, tanto mais prensado o que a pesquisa vai conseguir alcançar. É preciso fazer escolhas.

A pesquisa, como vemos, é uma artesanaria, com perguntas imaginadas, mas com desfechos inimagináveis. E é importante sonhar e ter pesadelos com ela, para que se possa planejá-la. São nesses pequenos sonhos maus sonhados – chamados em nossos projetos de pesquisa de métodos e cronograma – que grande parte dos/das pesquisadores/as comete erros, infrações e gera ruídos.

E se for necessário conciliar a pesquisa com outro trabalho, pois a quantia de bolsas não é suficiente para todos e o valor pago não é o suficiente para viver? E se aquele orçamento com recursos próprios ficar menor, e o que deveria ser feito em uma semana em hotel precisar ser reduzido para dois dias, dormindo em ônibus, com entrevistas a serem feitas sem uma sala apropriada e sem disponibilidade de água? E se a pesquisa, planejada para ser feita em seis meses, precisar ser realizada em dois, tornando-se um sufoco para quem faz e para quem participa? Esses elementos, aparentemente banais, não afetam a qualidade da pesquisa? Como construir relações de fato de confiança num tempo acelerado de produção de pesquisa, cujos cronogramas são mais ditados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelas agências de fomento, por editais e programas do que pelo andar da própria pesquisa e de suas demandas? E sem a confiança, conquistada pela convivência não utilitarista, como acessar o que é mais profundo e delicado da experiência que queremos conhecer? O império dos prazos cada vez mais exíguos, determinado por critérios financeiros, tem pautado o ritmo do pensamento, o que leva a um convite pragmático para deixarmos as preocupações éticas para lá, por falta de tempo.

E se, na primeira entrevista, a pessoa se sentir desconfortável com as perguntas, falar com as outras participantes e todas desistirem de participar, o que fazer? Xingá-las? Falar com o secretário de educação? Elas não podem recusar uma pesquisa da universidade! Na contramão de ímpetos autoritários, Pereira Júnior (2025) ensina como esses cuidados são costurados no miúdo de uma pesquisa implicada. Pensando para além do protocolo, a



assinatura carimbada de um juiz, autorizando sua entrada no sistema socioeducativo para conhecer o cotidiano da escola situada em seu bojo, não virou carteirada para prescindir da conquista da adesão de cada pessoa participante, incluindo os adolescentes internados e sob a custódia do Estado. Os consentimentos, reiterados a cada encontro, para observar e entrevistar várias pessoas de diferentes posições institucionais, implicaram um conjunto de cuidados na forma como escrever sobre o que Pereira Júnior (2025) construiu na pesquisa feita em uma instituição tão violadora de direitos, garantindo, de fato, o sigilo de suas identidades pelo recurso a ficções testemunhadas. É preciso saber chegar, é preciso saber permanecer, é preciso saber sair.

Certamente, nossa bagagem já não é mais a mesma no chacoalhar da viagem. Todo o processo – o antes, o durante e o depois – a transforma: os caminhos e atalhos que percorremos; as escolhas e decisões diante das encruzilhadas, dos desafios, do imprevisível, do desconhecido; os cuidados com o clima e o tempo, com as pedras, buracos e florzinhas; os contatos e as delicadezas com as pessoas no contexto (parceiros de viagem, outros viajantes, estrangeiros, nativos, guias). A viagem da pesquisa mobiliza sensações, percepções, emoções, pensamentos, reflexões. Na e com a aventura de pesquisar, afetamos e somos afetados (Favret-Saada, 2005). Por isso, na volta da viagem, ainda ficamos um bom tempo sentindo a onda. A pesquisa enraizada no tempo, no espaço e na cultura, encarnada na realidade concreta, com suas contradições e múltiplas determinações, produz efeitos que alteram a consciência. E essa alteração deve ser um caminho sem volta, afinal, uma viagem densa deixa marcas.

Tudo pode acontecer⁹

Se ter o protocolo na Plataforma Brasil não é garantia de ética, o mesmo se pode afirmar de pesquisas que cuidam das pessoas participantes apenas no contexto do trabalho de campo e as esquecem quando voltam ao gabinete. Em uma primeira camada, tão óbvia quando desconsiderada, o tempo dedicado à análise do material construído pela pesquisa afeta sua qualidade. Sem recorrer à lógica limitante das inteligências artificiais, apostamos na ilógica lenta e curtida de nossos pensamentos, flutuações, afetos e divagações, desconcertos e revisões. De novo, isso só é possível de ser vivido de forma intensa e intensiva com tempo, aquele tão escasso quanto imperador da produção acadêmica.

Façamos um simples teste de olhar a imagem da Figura 1 em dois movimentos distintos: primeiro num rápido lance de olhos e depois, num olhar mais detido e demorado.

⁹ Em referência à música homônima, de Roberto Barreto, Manoel Cordeiro e Pupilo (Barreto et al., 2024b).



Figura 1. “Social distance”, de Akiomi Kuroda (2023). Fonte: dazd_magician (s.d.).



Nossa tendência, num lance de olhos, é ver pessoas, mas o que a imagem projeta de mais forte são as sombras. É preciso ter calma no olhar para sair dessa primeira camada, como o olho descansado que melhor enxerga as estrelas; aí, começam a aparecer diferenças: tem gente de camisa vermelha, de camisa amarela, de camisa branca; tem expressões de gênero masculinas e femininas; tem gente com bolsa, com pasta, gente de cabelo curto, cabelo longo, cabelo solto, cabelo preso. Ninguém encosta em ninguém, nem mesmo pelas sombras. Olhar com calma exige romper com a interpretação acelerada e rápida daquilo que não vemos, mas achamos que estamos vendo. O achatamento da diversidade num bloco homogêneo é típico de certas formas de pesquisar. Como provoca Ecléa Bosi, “o mundo é opaco para a consciência ingênua que se detém nas primeiras camadas do real” (Bosi, 1992, p. 116).

Adichie (2019) nos alerta para o “perigo da história única”, aquela que é escrita sobre o outro e se consolida e cristaliza como sendo “a verdade”, isto é, a única interpretação da realidade social. Em nossos resultados de pesquisa, na escrita, muitas vezes, tratamos como certo aquilo que antes era intangível e efêmero. Quando a nossa escrita se apresenta como verdade, sem nenhum ruído e incerteza, acabamos possibilitando a morte do corpo social porque aprisionamos o intangível em uma verdade, que chamamos de subjetividade, cultura ou sociedade.

Não sabemos nada sobre o continente africano, mas temos a certeza de que é formado por pessoas pobres porque até hoje nos lembramos da música “We are the world”, de Lionel Richie e Michael Jackson, que reuniu diversos artistas estadunidenses na grande campanha “USA for África”, em 1985. Em seu refrão, a música diz: “We are the world, we are the children / We are the ones who make a brighter day / So let’s start giving”¹⁰ (Jackson & Richie, 1985).

Em outras palavras, vamos doar para a África porque eles são pobres. Vamos fazer pesquisas com eles porque eles são pobres. Sejamos o jardineiro fiel (Le Carré, 2001).

Igualmente, não sabemos nada sobre os Yanomami, mas sabemos que são indígenas guerreiros. E isso não vem de uma ideia transmitida pelos próprios indígenas, mas de Chagnon (1968), que escreveu um livro chamado “Yanomamö: the fierce people”, “o povo feroz”, descrevendo-os envoltos em lutas entre os homens, como guerreiros, acumulando esposas e filhos; para ele, essa característica feroz de homens seminus na floresta ajudava a explicar porque eram tão guerreiros, ideia que animou parte do mundo das ciências sociais porque projetou nos Yanomami os desejos dos que lutam contra o desenvolvimentismo e contra a sociedade ocidental.

¹⁰ “Nós somos o mundo, nós somos as crianças / Nós somos aqueles que fazem o dia ser mais brilhante / Então, vamos começar a doar” (em tradução livre).



Com outro olhar, no livro de Bruce Albert e Davi Kopenawa Yanomami sobre a história Yanomami, intitulado “A queda do céu” (Kopenawa & Albert, 2015), não existem pessoas ferozes, existem sonhos, mitos, práticas, desejos... conflitantes, nada coesos, e existem os não indígenas, os chefes de posto da FUNAI, os antropólogos, os missionários e os militares. Qual desses yanomami é de verdade? Aqui, conseguimos ver um aspecto que não é detalhe: em um o autor aparece.

Ao mesmo tempo, imaginar que somente brasileiros podem fazer pesquisas sobre o Brasil, ou somente indígenas sobre indígenas, baianos sobre a Bahia, e assim por diante, incorre em outro perigo: a ilusão de que as pesquisas científicas, sejam elas quais forem, acessam “a verdade”, mesmo quando trabalhando com questões intangíveis, como aspectos socioculturais. E pressupõe uma coesão pré-existente em grupos vulnerabilizados, novamente ao modo da história única. Os indígenas não são homogêneos, os quilombolas não são iguais. E o enunciado “nem todos são iguais” pode parecer simples afirmação da diversidade, mas é justamente onde reside o real perigo das pesquisas que tratam do intangível.

Lembrando seu caráter de intencionalidade, é importante considerar que a pesquisa, como fenômeno humano e social, não está descolada da realidade, não é abstrata, aleatória, descontextualizada, desconectada, isolada, a-histórica. O ato de pesquisar, desde a elaboração do projeto até a redação do texto final, resulta de relações dinâmicas e múltiplas determinações que se concretizam em um determinado tempo, espaço, território e campo de investigação, envolvendo pessoas concretas, que possuem concepções de ser humano, de sociedade e de produção de conhecimento.

O exercício da teorização, necessário à pesquisa, é resultado do trabalho de pessoas concretas. A teoria, conforme bell hooks (2013) não nos deixa esquecer, tanto pode assumir a função libertadora quanto pode ser utilizada como instrumental para criar hierarquias, dominação e manipulação, que silenciam. A feminista negra, leitora de Paulo Freire, aposta que, para ser crítica e reflexiva, a teoria não pode perder o elo com a prática, nem o compromisso com a transformação social.

Nesse ponto, convocamos Débora Maria da Silva, do Movimento Independente Mães de Maio, que, no V Seminário Internacional, intitulado “A educação medicalizada: existirmos, a que será que se destina?”, destacou a relação tóxica que a academia costuma produzir com os movimentos sociais e as pessoas vulnerabilizadas. Tendo seu filho assassinado pela Polícia Militar em 2006, no que ficou conhecido como Crimes de Maio, Débora investigou a fundo o que aconteceu com o seu filho e os filhos de tantas outras mães de periferia no Brasil, desencadeando pesquisas bastante concretas na direção de lutar por memória e reparação dos crimes contra os direitos humanos cometidos no presente, ou seja, que não se reduzem ao que ocorreu barbaramente no passado, como na ditadura civil-militar-empresarial que assolou o país entre os anos 1960 e 1980. Seu exemplo é potente desde a base. Débora rompe com o estereótipo raso de que, para ser pesquisador/a consagrado/a, é preciso ter título acadêmico. Mesmo sem nível superior, Débora é reconhecida como pesquisadora de antropologia



forense na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), pela expertise acumulada e rigor crítico no trato de um tema tão caro a ela. Contra as várias pesquisas que tentaram reduzi-la a objeto, Débora Silva se posiciona como “treta ingovernável”, não fazendo concessões:

Quando a gente vê a academia correr atrás de nós, mães, a gente pergunta para que servem as pesquisas acadêmicas. Para virar uma pasta empoeirada? Basta! Eu não quero ser mais uma pasta, nossos filhos não vão ser mais uma pasta (Silva, 2023, p. 64).

Situar a pesquisa no campo crítico implica buscar romper com formas de produzir conhecimento que mais somaram com a violência do que como a emancipação. É preciso, pois, não apenas construir uma ciência crítica do mundo, mas uma ciência que se modele pela autocrítica. Isso significa que, diante do conhecimento que nos é apresentado como neutro, objetivo, científico, é preciso recuperar sua história e seus vínculos. Tomando emprestadas as palavras de José de Souza Martins, é preciso “situar o conhecimento, ir à sua raiz, definir os seus compromissos sociais e históricos, localizar a perspectiva que o construiu, descobrir a maneira de pensar e interpretar a vida social da classe que apresenta esse conhecimento como universal” (Martins, 1978, p. 2).

Uma pesquisa que se enraíza no tempo, na vida, na cultura e na experiência social, do ponto de vista ético, é aquela cuja análise se situa de maneira implicada na compreensão do compromisso político, social e histórico que sustenta o seu pensar e fazer, o que ganha contornos específicos em um país como o nosso.

Cuidar eticamente de uma pesquisa no Brasil envolve necessariamente considerar as várias histórias que nos constituem. Somos um país marcado por processos de colonização e escravização brutais, por tantas opressões e violências direcionadas à parte da população, hierarquizada por sua pertença racial, étnica, de classe, gênero, sexualidade, território, por suas supostas (in)capacidades. Essa hierarquização produz e reproduz a desigualdade social e atravessa nossas pesquisas, queiramos ou não, podendo resultar em práticas neocoloniais e de sujeição.

Considerar as histórias de opressão não deve significar, por sua vez, esquecer que também somos um país marcado por histórias de resistência, construídas por tantas pessoas que vieram antes de nós e que, a partir de muita luta, abriram caminhos, brechas, rompendo e buscando superar as estruturas sociais que promovem dominação, opressão e violências. Tais histórias muitas vezes são invisibilizadas em pesquisas que não percebem as pessoas em suas complexidades, historicidades e singularidades, achatando suas imagens em representações estáticas, que mais parecem as sombras homogêneas das pessoas diversas.

Mais do que não parar na primeira camada do real, é preciso lembrar que toda fotografia congela movimentos. Os indígenas são ferozes, as crianças são desmotivadas, as professoras são resistentes. Para que(m) serve esse argumento? Machado (2023) nos ajuda a pensar sobre isso quando ressalta que nós, pesquisadores/as, temos a licença para estigmatizar e simplificar



em categorias únicas a experiência e as vivências de pessoas pesquisadas ou que sofrem nossas intervenções.

Contrariando a fixidez do retrato instantâneo, felizmente, a vida é movimento. A própria entrevista gravada pode provocar reflexões na pessoa entrevistada que a levam a pensar de outro jeito depois, mas o que se tem de registro é o que está gravado, ou seja, antes de ela se (re)pensar. Nesse sentido, propomos pensar, fazer e escrever a pesquisa como movimento vivo e dinâmico, entrelaçado com a realidade objetiva e suas condições concretas. Saindo do mosaico, marcado pela diversidade, mas em formato estático, buscamos o movimento do caleidoscópio. Buscando uma definição “científica”, encontramos:

O caleidoscópio é um dispositivo ótico em formato cilíndrico, feito de cartão ou metal, com um fundo de vidro opaco. O seu interior é repleto de fragmentos de vidro colorido e três espelhos inclinados em formato de triângulo. Assim, quando bate a luz exterior, e gira-se o tubo do instrumento, os reflexos dos espelhos formam desenhos simétricos únicos (Perilo, 2021).

Longe de ser meramente descritiva, esta forma de definir o caleidoscópio dialoga com sua realidade objetiva, mas também com um jeito de (d)escrever. Buscamos a mesma definição no Dicionário Houaiss, onde lemos:

Artefato óptico que consiste num pequeno tubo cilíndrico no fundo do qual há pequenos pedaços coloridos de vidro ou de outro material, cuja imagem é refletida por espelhos dispostos ao longo do tubo, de modo que, quando se movimenta o tubo ou esses pedaços, formam-se imagens coloridas múltiplas, em arranjos simétricos (Houaiss, 2009).

Na poética da escrita, chegamos, então, à descrição de caleidoscópio feita por Leal et al. (2021, p. 7):

Aparelho óptico formado por vários espelhos inclinados, que, a partir do reflexo da luz, nos premia com múltiplas possibilidades de figuras, imagens (as)simétricas, multicores, singulares e únicas! Etimologicamente, o termo deriva das palavras gregas *καλός* (kalos), “belo, bonito”, *εἶδος* (eidos), “imagem, figura”, e *ζοπέω* (scopeo), “olhar (para), observar”. O caleidoscópio é, portanto, um instrumento que nos permite “olhar surpreendentes configurações de imagens”.

Tal como as descrições, a pesquisa é sempre artesanal. O caleidoscópio interessa-nos por fazer viver a experiência de estar diante de um instrumento com peças fixas, que, em rotação, cria imagens únicas. O movimento muda a imagem, e nenhuma imagem se repete: a cada novo giro, a composição das mesmas peças produz algo inédito.

Abreu (2014, p. 17) recorre ao caleidoscópio para defender que “é necessário nos livrarmos das teias interpretativas e significantes que fixam nossos olhares a um determinado sentido”. No movimento do olhar caleidoscópico, as totalidades são provisórias e “mudam a cada golpe de mão”:



Em nosso percurso, o caleidoscópio agiu como produtor de uma estética na qual os pedaços de vidro unem-se de forma singular. A imagem caleidoscópica é única e não se repete. Com o caleidoscópio, buscamos escapar dos dualismos e das dicotomias para ir ao encontro com o que insiste e resiste, para além das marcações binárias que a tudo confere identidade, retrato, radiografia (Abreu, 2014, p. 17).

Nesse ponto, relembramos que, por vezes, o caleidoscópio é feito de cacos de vidro que não só produzem desenhos em movimento, mas “ruídos e cortes” (Harayama, 2021, p. 248). Nas palavras do autor, “nos colocamos enquanto emaranhados de cacos de vidro dentro de um caleidoscópio que insiste em imaginar outros futuros e outras falas, desnaturalizando o olhar e a palavra, desvendo o mundo, e alimentando o movimento do movimento social” (Harayama, 2021, p. 256).

Afeita aos cortes que devem ser feitos, Patto (2022c) tensiona a universidade, ao afirmar, no contexto de finalização de uma pesquisa de fôlego, realizada de forma coletiva e com recursos financeiros próprios, que

A miséria do mundo também atinge a universidade. De um lado, porque ela produz e veicula uma concepção de cientificidade que produz conhecimento ideológico; de outro, porque tem sido objeto de uma política educacional que a quer à imagem e semelhança da lógica empresarial (Patto, 2022c, pp. 608-609).

Havemos de incluir, nas condições de trabalho, não só as nítidas limitações objetivas impostas à nossa produção (por exemplo, aceleração, precarização, sobrecarga de trabalho, subfinanciamento, recursos inadequados e estímulo à competição entre pares pelos poucos recursos em editais), mas também, senão essencialmente, as nossas próprias contradições, afinal, nós, pesquisadores/as, somos fruto da própria sociedade e da universidade que queremos criticar. Nela, somos formados para nos supor neutres e superiores. E ficamos entre a crítica da universidade, a vaidade acadêmica e o ajustamento àquilo que ela exige para que consigamos sobreviver em seu bojo. Com certeza, existe a precarização da pesquisa no Brasil, mas aqui cabe fazer a pergunta inversa: de quem foi o sonho de fazer a pesquisa? Apostamos que não é (necessariamente) de quem participa dela. É na dureza de quem se vê nesse pesadelo real de um sonho mal sonhado que escrevemos nossos resultados. É intenso, e é para ser intenso.

Depois de tudo¹¹

Temos construído nosso fazer pesquisa de forma entranhada, como prática afetiva que envolve imersão e transformação. Nessa construção, temos contato com alguns recursos que animam a caminhada. Dentre eles, ressaltamos como essencial: não pressupor que somos, por princípio, pessoas éticas e, portanto, está tudo garantido; participar de trocas nas quais o trabalho da pesquisa seja apertado por pares impiedosos no trato ético das pesquisas (não apenas nas

¹¹ Em referência à música homônima, de Roberto Barreto, Manoel Cordeiro e Pupilo (Barreto et al., 2024c).



orientações individuais e coletivas, ou nas bancas de qualificação e defesa); conversar abertamente sobre a pesquisa com as pessoas participantes, pensando os cuidados éticos como desafio a ser construído conjuntamente; garantir às pessoas participantes o acesso a todo o processo, acolhendo e negociando possíveis mudanças e sugestões; fazer uso de estratégias criativas de escrita a fim de não expor as pessoas envolvidas; cuidar para não falar por, nem interpretar a fala de ninguém; cuidar para não achatar pessoas e situações em um olhar totalizante que apaga contradições (gesto que se beneficia bastante do recurso à interseccionalidade); cuidar de pontos sensíveis e inusitados, possíveis incômodos, desencontros e ruídos em todo o percurso.

Tudo isso envolve, como princípio fundamental, reconhecer a humanidade, a autonomia e os direitos das pessoas participantes para além das normativas e legislações, o que, por sua vez, inclui olhar as pessoas nas suas complexidades, e não pela lente simplificadora e estagnante que muitos modelos científicos impõem. Patto (2022d) ajuda a ajustar o foco, ao nos lembrar, inspirada em Fanon (1968) e Bosi (1992), que as pessoas sobre quem recaem os mecanismos mais perversos de opressão, como de resto todas as pessoas, não são nem totalmente lúcidas, nem totalmente alienadas, mas possuem o que ela chama de consciência dividida. Ainda nas palavras da autora, na já referenciada pesquisa sobre a cidadania negada:

Nem possuidor de boa consciência, nem carente dela, o dominado é refém dos ardis da alienação e portador de resistência. Ou seja, as representações do dominado são sempre ambíguas. O desafio está em ultrapassar, ouvindo atentamente as suas falas, a crença politicamente estratégica e cientificamente confirmada na “ignorância” ou no “não saber” da cultura popular. O universo da cultura é, portanto, plural, apesar dos mecanismos sociais cada vez mais poderosos que visam à massificação (Patto, 2022c, p. 607, ênfase adicionada).

O exercício, portanto, é aprender a “ouvir, nas frestas da adesão, a consciência social da perversidade da situação que lhes é imposta e a insistência do desejo de diminuir o fosso da falta historicamente aprofundado nas sociedades capitalistas industriais” (Patto, 2022c, p. 608). A vida e os discursos se fazem na “tensão de conformismo e resistência”, em “alguma recusa da padronização”, mesmo que de maneira sutil. É preciso aprender a ver e ouvir sutilezas.

Para terminar, inspirades pela leitura de Pompéia (2010), propomos um desfecho, no sentido de um processo que, ao mesmo tempo em que encerra, fecha, também abre, sendo necessariamente abertura. Como diz Nêgo Bispo (2024), “nós temos começo, meio e começo de novo”. Na poética da escrita, retomamos expressões lançadas aqui, convidando as pessoas pesquisadoras a se ligarem e se conectarem no movimento-viagem-caleidoscópio que é a pesquisa, sem perder a bagagem, mas modificando-a na caminhada, tendo raízes e, ao mesmo tempo, asas. Essa é uma das maiores implicações éticas de nossas pesquisas.



Referências

- Abreu, M. H. R. (2014). *Máquinas de ver/subjetivar em produção: uma mirada caleidoscópica do/no olhar docente* [Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Repositório da UFF. https://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/06/2014_t_M_Helena_Rego.pdf
- Adichie, C. N. (2019). *O perigo da história única*. Companhia das Letras.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1986). *Dialética do esclarecimento*. Jorge Zidane.
- Andrade, C. D. de. (2024). Canção amiga. In Autor, *José e novos poemas* (p. 51). Record.
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). (2024, 20 de abril). *Associações e sociedades representadas no GT de Ciências Sociais e Humanas*. <https://legado.anped.org.br/news/associacoes-e-sociedades-representadas-no-gt-de-ciencias-sociais-e-humanas>
- Barreto, R., Cordeiro, M., & Pupillo. (2024a). *Pelo caminho* [Gravação]. Spotify. <https://open.spotify.com/track/4JA3L5jFcHnNdHwvWcOBWx>
- Barreto, R., Cordeiro, M., & Pupillo. (2024b). *Tudo pode acontecer* [Gravação]. Spotify. <https://open.spotify.com/track/25ehfgml3v6uOQ1daZHhCH>
- Barreto, R., Cordeiro, M., & Pupillo. (2024c). *Depois de tudo* [Gravação]. Spotify. <https://open.spotify.com/track/1unTYfGyZRwPGryM8x6hF3>
- Benjamin, W. (2006). O flâneur. In Autor, *Passagens* (pp. 461-498). UFMG.
- Bispo, N. (2024, 09 de fevereiro). Começo, meio e começo [Entrevista]. *Revista Revestres*. <https://revistarevestres.com.br/entrevista/comeco-meio-e-comeco/>
- Bosi, E. (1992). Entre a opinião e o estereótipo. *Novos Estudos CEBRAP*, (32), 111-118.
- Bourdieu, P. (Coord.). (1997). *A miséria do mundo*. Vozes.
- Brasil. (2015). Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm
- Brasil. (2016). Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016: Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. *Diário Oficial da União*. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>



- Brasil. (2021). *Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021: orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual*. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/sobre-o-conselho/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/cep/projetos-de-acreditacao-de-cep/publicacoes/checagem-documental-e-analise-etica.xlsx>
- Chagnon, N. A. (1968). *Yanomamö: the fierce people*. Holt, Rinehart and Winston.
- Conselho Nacional de Saúde (CNS). (s.d.a). *Plataforma Brasil*. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/plataforma-brasil>
- Conselho Nacional de Saúde (CNS). (s.d.b). *Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)*. Governo Federal. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/sobre-o-conselho/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep>
- dazz_magician. (s.d.). *Dazz Claps* [Perfil do Instagram]. https://www.instagram.com/dazz_magician
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da Terra*. Civilização Brasileira.
- Favret-Saada, J. (2005). “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada (P. Siqueira, Trad.). *Cadernos de Campo*, (13), 155-161. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>
- Ferreira, A. B. de H. (1993). *Minidicionário da Língua Portuguesa* (3. ed.). Nova Fronteira.
- Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. (s.d.). *Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade* [YouTube]. <https://www.youtube.com/@forummedicalizacao>
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido* (4. ed.; notas de A. M. A. Freire). Paz e Terra.
- Ginzburg, C. (1991). O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In C. Ginzburg, C. Poni, & E. Castelnovo (Orgs.), *A micro-história e outros ensaios* (pp. 203–214). Difel.
- Gould, S. J. (2003). *A falsa medida do homem*. Martins Fontes.
- Guerriero, I. C. Z., & Bosi, M. L. M. (2015). Ética em pesquisa na dinâmica do campo científico: desafios na construção de diretrizes para ciências humanas e sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(9), 2615–2624. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.06022015>
- Harayama, R. M. (2011). *Do ponto de vista do sujeito da pesquisa: evento e cultura material em um comitê de ética em pesquisa* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-92AF2G>
- Harayama, R. M. (2021). O papel dos movimentos sociais na desmedicalização da vida: uma breve fala. In E. C. de Oliveira, L. S. Viégas, & H. da S. Messeder Neto (Orgs.), *Desver o mundo, perturbar os sentidos: caminhos na luta pela desmedicalização da vida* (pp. 247-258). EDUFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35343>
- hooks, bell. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Martins Fontes.



- Houaiss, A. (2009). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Ed. Objetiva.
- Jackson, M., & Richie, L. (1985). *We Are the World* [Gravação]. USA for Africa; Columbia Records.
- Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami* (Beatriz Perrone-Moisés, Trad.). Companhia das Letras.
- Latour, B. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Editora UNESP.
- Le Carré, J. (2001). *O jardineiro fiel*. Record.
- Leal, A., Nonato, B., Correa, L., & Nonato, S. (2021). Apresentação da série de cadernos temáticos Juventude Brasileira e Educação. In Nogueira, P. H. de Q. (Org.), *Juventudes, sexualidade e diversidade* (pp. 5-11). Fino Traço.
- Machado, A. M. (2023). *Quando a escrita toca a produção institucional*. Blucher. <https://pdf.blucher.com.br/openaccess/978655501858/completo.pdf>
- Martins, J. de S. (1978). *Sobre o modo capitalista de pensar*. Hucitec.
- Oliveira, L. R. C. de. (2004). Pesquisa em versus pesquisa com seres humanos. In C. Vítora, R. G. Oliven, M. E. Maciel, & A. P. Oro, *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil* (pp. 33-44). Ed. UFF.
- Patto, M. H. S. (2022a). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar* (2ª ed.). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/9786587596341>
- Patto, M. H. S. (2022b). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia* (5ª ed.). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/9786587596334>
- Patto, M. H. S. (Org.). (2022c). *A cidadania negada. Políticas públicas e formas de viver* (2ª ed.). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/9786587596303>
- Patto, M. H. S. (2022d). *Exercícios de indignação. Escritos de Educação e Psicologia* (2ª ed.). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/9786587596310>
- Pereira Júnior, P. R. C. (2025). *Racismo, educação e adolescência encarcerada: quando o Estado está em conflito com a lei* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório da UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/41496>
- Perilo, B. (2021, 02 de agosto). *Caleidoscópio: origem e etapas para construí-lo*. Conhecimento Científico. <https://conhecimentocientifico.r7.com/caleidoscopio/>
- Pompéia, J. A. (2010). Desfecho: encerramento de um processo. In Autor, *Na presença do sentido: uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas* (pp. 51-68). EDUC; ABD.
- Reph, L. (Diretor). (2022). *Nuremberg: as fitas perdidas* [Filme documental]. National Geographic/Star+. <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-314248/>
- Ribeiro, S. T. (2019). *O oráculo da noite: a história e a ciência do sonho*. Companhia das Letras.
- Sargent, J. (Diretor). (1997). *Miss Evers' Boys* [Filme para televisão]. Home Box Office (HBO); Anasazi Productions. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=5H24-PHs3Us>



- Silva, D. M. (2023). Movimento Independente Mães de Maio: treteiras ingovernáveis. In Viégas, L. de S., Oliveira, E. C., & Messeder Neto, H. S. (Orgs.), *Existirmos, a que será que se destina? Medicalização e formas de resistência* (pp. 61–67). EDUFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39226>
- Viégas, L. de S. (2021). O Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade em movimento: ampliando o debate e construindo a luta coletiva. In E. C. de Oliveira, L. S. Viégas, & H. da S. Messeder Neto (Orgs.), *Desver o mundo, perturbar os sentidos: caminhos na luta pela desmedicalização da vida* (pp. 259-292). EDUFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35343>
- Vigotski, L. (2018). *Imaginação e criação na infância* (Z. Prestes & E. Tunes, Trans.). Expressão Popular.
- Viola, P. da, & Bello de Carvalho, H. (1996). *Timoneiro* [Gravação]. Sony Music Entertainment Brasil. <https://open.spotify.com/track/3C8ULTjiUmTtcpE7QJBZ7G>